

Panorama musical português

XV

Estranharam algumas pessoas que no número de Maio p. p. da Revista *De Música*, de que sou co-director, fôsse publicado, sem comentários, o artigo dos snrs. Eduardo Libório e Dr. Ivo Cruz sobre a « Cultural de Música — Seus fins », fundamentando a sua estranheza no facto de êsse artigo conter matéria contrária, em parte, às ideias histórico e estético-musicais que tenho expendido.

De facto, eu estou em desacôrdo com algumas das ideias daqueles senhores; e tencionava fazer notar o meu desacôrdo num dos próximos números da *De Música*. Mas, como o aparecimento de esta é bastante contingente, faço neste lugar algumas mais instantes observações (o que é tanto mais justificado quanto é certo o caso não ser já propriamente de ordem exclusivamente musical, mas alargar-se à cultura geral), deixando para mais tarde, e então, no devido local, o desenvolvimento e a pormenorização técnica de estas notas.

No artigo em questão, depois de várias considerações sobre os contrapontistas de Évora e os compositores dos séculos XVII e XVIII, — considerações que não discutirei, porque com algumas estou de acôrdo e outras representam meros juízos de opinião — escrevem os articulistas:

Êsse lógico desenvolvimento, que se mantinha ininterrupto em vários séculos de produção, apesar das influências das diversas escolas europeias, desaparece com as primeiras manifestações do romantismo musical português. Imputamos a decadência ao mau gosto geral da época, ao individualismo, aliás sem personalidade, que fez perder aos nossos músicos aquêl ar de família que até então se mantivera e às deficiências de um instituto que fôra organizado para substituir o Seminário Patriarcal: o Conservatório Real de Lisboa.

O Seminário Patriarcal, fundado por D. João V segundo os estatutos do de Vila Viçosa, produziu, durante muitos anos, compositores, cantores e instrumentistas distintos. Esta casa de ensino, que teve por mestres João de Sousa Carvalho, Marcos Portugal, António Leal Moreira, João José Baldi, foi criada por decreto régio de 9 de Abril de 1713. Tanto pela sua modelar organização interna, como pelo carinho com que sempre o olharam o seu fundador, e, mais tarde, D. José I, o Seminário Patriarcal teve um período de verdadeiro esplendor, desde os meados do século XVIII até aos princípios do século passado.

Uma das primeiras medidas reformadoras do governo liberal foi o encerramento definitivo dêste estabelecimento, que tantos serviços prestara à causa da música em Portugal, e a transferência para a Casa Pia, recentemente instalada no Mosteiro dos Jerónimos, de todos os instrumentos, métodos, músicas e mais material didático do extinto Seminário. Uma simples aula de música dirigida

por José Higinio da Silva, antigo discípulo da Patriarcal, foi então integrada no programa de estudos da Casa Pia, e devia preceder de poucos anos a fundação do Conservatório Real de Lisboa.

Não é êste o local nem o momento para fazer a história desta casa, nem da forma por que ela desempenhou o papel pedagógico que lhe estava destinado. O que é certo é que, durante o período agitado das lutas liberais, o ensino da música em Portugal caiu em franca decadência. Os nossos artistas foram pouco a pouco perdendo contacto com as escolas e os mestres estrangeiros, e dêsse isolamento ainda hoje restam os mais deploráveis vestígios. Domingos Bontempo, primeiro director do Conservatório criado em 1835 nas bases do plano geral da instrução pública redigido por Almeida Garrett, foi o último representante do espírito de cultura que distinguira os músicos portugueses de outras eras.

Êstes períodos é que são o pomo da discórdia; porque não envolvem tão somente juízos de opinião, mas questões de facto que os autores, *et pour cause*, torceram, e que convém destorcer.

E, antes de mais, permita-se-me transcrever o artigo « Marcos Portugal na Cultura Portuguesa » que me foi solicitado para a *Arte Musical*, por ocasião do centenário daquele compositor, onde, em péssimo estilo, me parece ter produzido algumas verdades essenciais; e que, na doutrina geral e em certos pormenores, é uma como que resposta antecipada à doutrina geral e, em especial, à parte que nos ocupa do artigo dos Ex.^{mos} directores da « Cultural de Música »:

Triste fortuna a de um povo que, a certa altura da sua evolução, se vê caminhando a par — e até, sob alguns aspectos, na vanguarda — dos outros povos civilizados; que vê brilhar no céu da sua cultura os nomes dum Camões, dum Gil Vicente, dum Damião de Goes, dum Duarte Pacheco Pereira, dum Garcia da Orta, dum Pedro Nunes, dum Duarte Lobo, dum João de Castilho, de todos êsses corifeus, enfim, que fizeram o grande século de Quinhentos; e que de repente, parece que devido a um vento de destruição e de morte que lhe aniquila tão belas esperanças, mergulha numa escuridão de quatro séculos, divorciando-se quasi por completo do resto da Europa pensante.

Apenas de vez em quando um ou outro clarão alumbra por momentos esta escuridade. Benéfica e proficuamente uns, porque brilham, realmente, com luz própria. Se não maléficamente, contudo improficuamente outros, porque, podendo muitas vezes brilhar, como aqueles, de uma luz própria, não são, na verdade, mais do que reverberações da fosforescência que produz a putrefacção do meio que os rodeia, de que não conseguiram libertar-se.

É o caso de Marcos Portugal.

Nascido, por fatalidade, num meio que já então estava atrasado pelo menos 50 anos na civilização europeia; mandado educar noutra meio em que predominava o mais detestável e caduco gosto musical; dispo de talento e de faculdades de assimilação notáveis, consegue, efectivamente, ser o maior compositor de óperas portuguesas; e, como na terra dos cegos quem vê, mesmo pouco, é rei, consegue ser um dos mais eminentes músicos de Portugal no seu tempo.

Contudo, como não podesse, não soube ou não quis reagir contra o meio em que nasceu e contra aquele em que foi educado, a sua música lá tem o estigma dum e doutro: por um lado o atraso de 50 anos sobre o resto da Europa, que já tinha produzido Bach e Haendel, acabava de aceitar a reforma de Gluck, antecedida da de Rameau, tinha visto passar como um meteoro Mozart, alimentava Haydn, estava gerando Beethoven, Schubert e Weber; por outro a persistência e a tirania duma forma e dum estilo musicais que tinham tido a sua justificação no tempo dum Cimarosa, dum Hasse ou dum Zingarelli, mas que estavam já totalmente em decadência, não correspondiam já às necessidades e à ideologia daquela época de profunda renovação.

E este atraso, este baraquismo caduco, este mau gosto, esta magreza musical e espiritual que caracterizam a obra de Marcos Portugal, são tanto mais para lamentar quanto é certo que nem tudo estava atrasado, nem tudo era mau gosto, nem tudo era insignificante em Portugal nesse tempo (segunda metade do século XVIII e princípios do século XIX).

Brilhavam alguns dos tais clarões esporádicos (1).

Era o tempo dos Precursores: Verney, Ribeiro Sanches, o Cavaleiro de Oliveira procuravam introduzir o espírito crítico e filosófico em Portugal; o abade Antónlo da Costa, na sua peregrinação pela Europa, ia-nos contando o que de grande por lá via (2); Bocage, José Anastácio da Cunha, Filinto Elisio anunciavam o Romantismo.

É certo que estes espíritos eram os *estrangeirados*, perseguidos ferozmente pelos seculares inimigos da cultura nacional...

Que Marcos Portugal foi aclamado, festejado, disputado no estrangeiro?!

Sem dúvida. Mas também, por exemplo, Rossini e Puccini (e salva a devida distância e o que, ainda assim, nestes existe de musicalmente superior) também Rossini e Puccini, por terem escrito no género em que, certamente, é mais fácil triunfar e por terem contemporizado com as predilecções, com o gosto dum público a maior parte das vezes inculto, — também eles o foram, e nem por isso a História deixa de os julgar por terem assim esbanjado o seu real talento.

Agora vamos ao que, em especial, quero comentar.

O «lógico desenvolvimento, que se mantinha ininterrupto em vários séculos de produção, apesar das influências das diversas escolas europeias» não desaparece, como os ilustres articulistas pretendem, «com as primeiras manifestações do romantismo

musical português», pela simples razão de que não houve Romantismo musical em Portugal.

Não assaquemos ao Romantismo culpas de que ele não é responsável... Porque é até curioso observar que se não tivemos um romantismo musical (nós nem classicismo chegamos a ter!) foi, contudo, devido ao Romantismo e à sua expressão política, o Liberalismo, que começamos a conhecer alguma coisa da música clássica, foi devido a eles que adquirimos alguns rudimentos de cultura musical séria.

Pelo contrário, o «mau gosto da época» a que os autores imputam a «decadência» é que é, na realidade, «o lógico desenvolvimento» do mau gosto e da indigência da época anterior: os Joaquim Casimiro que pontificaram nesta primeira metade do século XIX, são, em verdade, os dignos sucessores do talento medíocre e do ensino rotineiro dos seus mestres do Seminário Patriarcal.

Foi contra este mau gosto, foi contra esta rotina, foi contra este pauperismo que o Liberalismo (1) promulgou algumas das suas primeiras medidas reformadoras; foi contra eles que se exerceu toda a acção de Domingos Bomtempo, a alma e o nervo dessas reformas no campo musical.

Uma dessas medidas foi, na realidade, o encerramento do Seminário Patriarcal e a fundação do Conservatório Real de Música. Os snrs. Eduardo Libório e Ivo Cruz consideram isso má medida. Vejamos, contudo, sobre ela, a opinião insuspeita do sr. Luís de Freitas Branco:

«A fundação do Conservatório de música, por Bomtempo, representa uma completa transformação no ensino da música em Portugal.

«Este ensino, até então confiado apenas a instituições de carácter religioso e à Universidade de Coimbra, toma uma feição prática mais favorável ao desenvolvimento das formas musicais profanas, que melhores frutos teria produzido se Bomtempo tivesse tido sucessores da sua craveira mental» (2).

Pois sim, dirão os articulistas: mas tudo isso assim aconteceu porque Domingos Bomtempo, discípulo do Seminário Patriarcal, «foi o último representante do espírito de cultura que distinguira os músicos portugueses de outras eras».

Notemos já como esta afirmação está em contradição com a pretendida ineficiência e falta de visão das medidas reformadoras liberais: se Bomtempo foi o orientador de elas, parece que Bomtempo devia estar contaminado pelo *morbus* da época, e...

E estava, de facto: e é por isso que ele não foi, como supõem os autores, «o último represen-

(1) As outras tentativas para pôr Portugal em contacto com o moderno espírito europeu são a do primeiro Romantismo — e nomeadamente a de Herculano — e a da Escola coimbrã; tentativas a que, de certo modo, correspondem no campo musical: dentro da primeira — a fundação do Conservatório e o esforço de Bomtempo para nos dar a conhecer a música séria; e dentro da segunda — as tentativas de Augusto Machado e Keil para a emancipação da ópera portuguesa do jugo italiano.

(2) Fala-nos, por exemplo, com entusiasmo, de Gluck, cuja reforma parece ter compreendido.

(1) O sr. Luís de Freitas Branco, autoridade insuspeita, e por várias razões, nesta matéria, e a quem mais de uma vez havemos de citar, reconhece, neste capítulo, a importância do Liberalismo, quando a respeito de Bomtempo escreve que era «representante na sua especialidade, da pleiade liberal, FELIZMENTE MAIS CONSTRUTIVA NA ARTE que na política...» (*A música em Portugal*, in colecção *Portugal*, pág. 19).

(2) *Ob. cit.* pág. 20-21.

tante do espírito de cultura » dos músicos seus antepassados, mas sim o primeiro representante de um novo espírito, de uma nova ordem de coisas.

Além de haver sérios motivos para desconfiar do « espírito de cultura » de êsses outros músicos, factos e razões há a mostrarem-nos, cabal e inofismavelmente, que tãda a acção de Domingos Bomtempo, longe de continuar qualquer tradição, consistiu, pelo contrário, em romper com elas, e, sobretudo, com a do Seminário Patriarcal.

Nem de outra maneira poderia ter procedido um homem embebido das generosas idéas do tempo e que, ao contacto dos grandes centros estrangeiros, nomeadamente Paris e Londres, mediu bem o abismo que nos separava da Europa culta, e que, de regresso à pátria, procurou tornar menos fundo êsse abismo.

As suas composições, escritas sob a benéfica influência dos clássicos, as suas obras didácticas, as suas tentativas para implantar entre nós o cultivo da bõa música, a fundação da « Sociedade Filarmónica » onde pela primeira vez em Portugal se executaram sinfonias de Haydn, de Mozart e até algumas obras de Beethoven, são qualquer coisa de profundamente revolucionário e renovador na arte e na mentalidade portuguesas de aquella época, e onde não é difícil pressentir o desanuviamento de espírito, a cultura, a visão larga que caracterizavam os « estrangeirados » e que colocam o « estrangeirado » Domingos Bomtempo no plano dos grandes reformadores da nossa mentalidade.

É certo que a sua acção se limitou quási exclusivamente ao tempo que viveu. Como notou o snr. L. de Freitas Branco, Bomtempo não teve « sucessores da sua craveira mental... O pior gôsto músico-teatral tornou a assenhorear-se do meio português, sem ter quem contra êle reagisse... » Nisto, como em quási tudo, pôde mais a fôrça da rotina, o pêso de uma tradição obscurantista de dois séculos, que a iniciativa, o esforço, o são patriotismo e a clara inteligência de meia dúzia de lunáticos videntes...

Em todo o caso, *mal por mal nunca peor*: sem serem génios, nem talentos excepcionais reconhecamos que os compositores dos fins do século XIX, um Visconde de Arneiro, um Augusto Machado, não são em nada inferiores aos Leal Moreira e aos Baldi dos fins do tão decantado século XVIII dos snrs. Eduardo Libório e Ivo Cruz, nem, porventura, ao famigerado Marcos Portugal, que, a mais do que aqueles, só teve a aura do favor público, a qual nem sempre corresponde ao real merecimento, à proveitosa e conseqüente acção dos bafejados.

Propõe-se a « Cultural de Música » a continuação dum passado de brilhantes e gloriosas tradições ».

Animados como estais de tão grande boa von-

tade em pró da música portuguesa, eu entendia, meus caros Eduardo Libório e Ivo Cruz, deverdes fazer tábua rasa de todo o passado, que sabeis bem, não é, neste campo, de molde a inspirar-nos para coisa alguma de geito.

Sabeis bem que êsse passado foi sempre um passado de rotina, de insignificância, de atraso, quando não de imbecilidade, a que até os melhores, os mais bem dotados, (que alguns tem havido) foram sacrificados; sabeis bem que é a êsse passado sem grandeza, ou, quando muito, de uma grandeza fictícia, sem vitalidade própria, sem originalidade, a êsse passado absolutamente nulo na História da evolução musical, só de onde em onde produzindo um que outro notório talento imediatamente envenenado pela malsania do meio, sabeis bem que é a êsse passado que nós devemos a insignificância da nossa cultura musical hodierna.

Todavia, se não puderdes prescindir de bordão, acreditai que ainda é no vosso tão sistemáticamente denegrido século XIX que o encontrareis mais firme.

Pois que preferis: seguir exemplo dos virtuosos compositores do Seminário Patriarcal, desconhecendo Bach, desconhecendo Haendel, desconhecendo Lully, e Couperin, e Rameau e Gluck, e Haydn, e Mozart, não pressentindo Beethoven e a grande revolução que se ia dar em todos os domínios das ideas e dos sentimentos; ou o exemplo do « malhado » Domingos Bomtempo reagindo contra êsse travadismo, procurando implantar entre nós o gôsto e a cultura da música séria; ou, ainda, o de um Augusto Machado dando o primeiro golpe nêsse maldito italianismo instalado em Portugal desde os tempos do sr. D. João V, e que, teimoso, ainda hoje alimenta até mesmo aqueles que dêle se julgam e proclamam libertados?

E a propósito: neste conflito entre o *génio da raça* e o estrangeirismo descaracterizador, há duas figuras a que a vossa idolatria setecentista e o vosso misoneísmo nacionalista não prestam a devida justiça. Refiro-me a António José da Silva, o dramaturgo, cujas *Óperas* são a primeira tentativa para a criação de uma ópera nacional; e ao snr. D. Pedro IV, que dizem grandemente dotado para a música, e que escreveu uma ópera em português, feito assáz notavel naquele tempo, cuja *Ouverture* foi executada em Paris, em 1832, o que, nem mesmo hoje, é fácil de obter para os compositores portugueses — sobretudo para aqueles que mais julgam poder espantar os parisienses com o *goût du terroir* do seu nacionalismo musical... Não conheço a música das *Óperas* do autor das *Guerras do alecrim e da mangerona*; mas — que Deus me perdê a suspicácia e que S. Tomé me valha! — não acredito nada no seu valor... Quanto à ópera do snr. D. Pedro IV, a avaliar pelas suas

composições poéticas e pelo seu *Hino* da Constituição, deve ser coisa notavelmente insignificante...

Mas, neste caso, o valor intrínseco das suas obras, não importaria muito. O que irremediavelmente obsta à justiça e à consagração euterpônica nacionalista desses vultos, por parte dos Ex.^{mos} Directores da «Cultural de Música», é o facto abominando de um ter sido o Dr. Judeu e o outro o Rei Dadôr...

FERNANDO LOPES GRAÇA

Nota da Redacção.— Com o critério de imparcialidade que norteia sempre a Seara Nova e que a afasta de qualquer grupo ou coterie, pondo sempre as ideias acima dos homens, e só atingindo estes no que interessa ao valor e eficácia daquelas, publicamos com muito prazer o artigo do nosso ilustre colaborador.

Permitimo-nos, no entanto, notar que um outro aspecto merece um comentário, no manifesto dos snrs. Libório e Ivo Cruz. É a ingenuidade ou o propositado desejo de épater le bourgeois et les sots, com que apresentam um programa deslumbrante de trabalho, para a abertura da sua Cultural, em Outubro próximo, com as suas quarenta e tantas disciplinas, entre as quais, quanto aos instrumentos antigos, se incluem o estudo do clavicórdio, do cravo, da viola de amor, da viola da gamba e do oboé de amor; e ainda o canto gregoriano, o latim e o grego.

Nem uma palavra sobre a base financeira e o plano administrativo da colossal empresa, desconhecendo-se por completo a sede do novo organismo, que vem esmagar o rotineiro Conservatório. Ignoramos, portanto, para onde se devem enviar adesões e onde se devem fazer inscrições, se nos Armazens Olavo Cruz, no côro de alguma igreja ou, provisoriamente, na sede da Associação dos Empregados de Comércio ou dos Logistas, — a-pesar-de começarem esses estudos renovadores em Outubro próximo futuro.—Depreendem-se, do fecho do artigo Cultural de Música — I Seus fins (In-De Música, n.º 4, pág. 14-15), as condições deploráveis do meio em que vivemos e que provocaram a louvável iniciativa. Ouçamos:

Não é este o local nem o momento para fazer a história, desta casa (o Conservatório de Lisboa), nem da forma por que ela desempenhou o papel pedagógico que lhe estava destinado. O que é certo é que, durante o período agitado das lutas liberais, o ensino da música em Portugal caiu em franca decadência. Os nossos artistas foram pouco a pouco perdendo contacto com as escolas e mestres estrangeiros, e desse isolamento ainda hoje restam os mais deploráveis vestígios. Domingos Bontempo, primeiro director do Conservatório criado em 1835 nas bases do plano geral da instrução pública redigido por Almeida Garrett, foi o último representante do espírito de cultura que distinguira os músicos portugueses de outras eras.

A nossa evolução musical mostra bem quanto o nível artístico duma época está dependente do da pedagogia. A crise musical portuguesa é uma crise de cultura.

Dotar o nosso meio com uma escola que reúna os melhores elementos da nossa elite musical, orientados pelo sentido construtivo da geração nova, é, quanto a nós, factor sine qua non dum ressurgimento que constitua a continuação dum passado de brilhantes e gloriosas tradições. Eis o fim, cheio de responsabilidades e de dificuldades, a que se destina a «Cultural de Música».

E é a esse Conservatório, na verdade rotineiro e imperfeito, que vão buscar cinco ou seis mestres, dos quinze indicados. Aceitam eles os novos cargos, para trazerem para a Cultural alguma coisa de bom que ainda haja no velho Conservatório, ou para manifestarem a sua desilusão pelo ensino que lá realizam e pela obra deplorável em que ali colaboram?

Para as quarenta e tantas disciplinas, estão inscritos, contando com os fundadores, dezassete mestres, como já dissemos. Quando se surge erguendo tanta poeira e com um programa de tão elevada prosápia, à distância apenas de cinco meses da abertura da escola, impõe-se o dever de apresentar um elenco quási completo dos seus realizadores.

Estas considerações, necessárias e amargas, registamo-las, sem constrangimento mas também sem prazer, pela missão de imparcial justiça a que a Seara Nova sempre se obrigou. O sr. Eduardo Libório é uma pessoa ponderada e grave que tem trabalhado louvavelmente no nosso ingrato meio musical. O sr. Ivo Cruz é um moço cheio de esperanças e de ambições, chegado há pouco da Alemanha, com a vista encandeada pelo que lá viu, e cujos olhos, porisso, erram, numa grande mobilidade, ainda incertos do papel que ele pretende assumir. Estes últimos meses de experiência alguma coisa lhe devem ter ensinado. Supunha, porventura, que nada havia feito no canto e que as execuções de salve-se quem puder eram o pão-nosso de cada dia. Os elementos de que dispôs, e que lhe foram indicados em grande parte por quem já modestamente trabalhava no nosso meio, devem tê-lo convencido de que alguma coisa havia feito. Se os coros de amadores, a parte melhor da sua discutida execução da Paixão de S. Mateus, se apresentaram tão correctamente, isso se deve, não só aos esforços de D. Mavíldia Andrade e do sr. Sampaio Ribeiro, mas também ao trabalho paciente de alguns anos, de profissionais e amadores, com o desinteressado amor da arte das cantoras e dos cantores do nosso meio, sem a violência de multas ou por outros quaisquer intoleráveis meios de coacção. As dificuldades de recrutamento e organização dos coros também o elucidaram, por certo, sobre o valor de todos que precederam o sr. Ivo Cruz na sua obra de propaganda e de cultura.

Estamos certos de que estas razões calarão no seu espírito e se lhas comunicamos, em público, com benévola simpatia e boa intenção, é para que a Cultural de Música, sua e do sr. Eduardo Libório, não venha a sossobrar lastimosamente, pela muita parra vistosa no papel e pela pouca uva na realidade, no pânico lastimoso dalgum salve-se quem puder.

Temos a certeza de que os distintos redactores do Panorama Musical, os srs. Rojão Nobre e Lopes Graça, concordam inteiramente com estas ligeiras considerações e porventura as acentuarão e desenvolverão com a generosa vivacidade do seu estilo impetuoso e juvenil. Não nos levarão a mal termo-nos antecipado, para que os leitores da Seara Nova não suponham que esta secção se criou quasi exclusivamente para apreciar a vigorosa e tão justamente discutida individualidade do sr. Rui Coelho.

♦ ♦ ♦ ♦

Factos e documentos

(Continuação da pág. 194)

que remover personas para asegurarnos los colaboraciones más eficaces. Hay que liberarnos de tantas y tantas firmas como las que tenemos que estampar diariamente. Hay que descentralizar no pocos servicios.

— ¿Se ha hecho ya algo?

— Ya lo tenemos decidido. Ya hemos hecho algo en ese sentido. Se han producido traslados. Se han reorganizado servicios. Ahora estamos perfilando un gran decreto por el que se crean unas comisiones escolares y de cultura que han de funcionar en las provincias. Acabaremos con las actuales juntas locales y provinciales de primera enseñanza, tan arcaicas e ineficaces. En las nuevas comisiones escolares delegaremos no pocas funciones de las que hoy absorben nuestra atención. Esas comisiones pueden y deben ser los mejores instrumentos para perfeccionar nuestra enseñanza y hacer efectiva la obra renovadora que en orden a la cultura se propone llevar a cabo la República española.

— ¿Cuándo será acometida esa obra?

— Las Cortes Constituyentes discutirán y votarán la gran reforma escolar. Pero a las Cortes hemos de llevar nuestro gran proyecto de reforma. Ese proyecto, en realidad, tampoco será nuestro. Será la obra del Consejo de Instrucción Pública y de la comisión de reformas. En esa comisión estarán presentes todos los asesoramientos necesarios. La voz del pedagogo surgirá junto a la voz del representante obrero. Comisión y Consejo se convertirán en un magnífico parlamento de la educación.

— ¿Entonces, la labor inmediata...?

— Mientras llega la hora de esa gran reforma hay que trabajar diariamente en multitud de cosas para que no se interrumpa la vida administrativa, para corregir injusticias, para traducir en disposiciones legales el programa mínimo que en orden a la enseñanza aprobó el Gobierno provisional de la República cuando no era más que junta revolucionaria.

— ¿Cuál es su preocupación más urgente?

— En primer término nos proponemos liquidar el analfabetismo. Impedir que quede un solo niño español sin escuela primaria. Hemos preguntado a los Consejos de inspección. Ellos nos han informado de las necesidades escolares de cada provincia. Ya está hecha la estadística. Necesitamos crear veinticinco mil escuelas. ¡Veinticinco mil! Hasta ahora, en los presupuestos de la monarquía, se consignaba tan sólo la obligación de crear mil escuelas anuales. ¡Mil escuelas! Ese ritmo no nos sirve ya. Señalada la necesidad, tenemos que forzar ese ritmo de creación elevándolo al máximo. Todo es cuestión de dinero, pues conviene no olvidar que, hoy por hoy, cada escuela

que se crea supone para el Estado un gasto de 3.479 pesetas anuales.

— La creación de esas escuelas, ¿plantea otros problemas?

— Sí; y de gran importancia. De un lado, la cuestión de edificios. Hay que construir escuelas. Sencillas, agradables, graciosas. Edificios que sean menos escuela y más hogar. De toda España nos llegan peticiones para que ayude el Estado a construir escuelas. El Estado ya ayuda; pero tiene que ayudar mucho más. Mas es preciso que nadie olvide que ese es un problema fundamentalmente de dinero. En los presupuestos actuales figuran ocho millones y medio para construcciones escolares. Tenemos en marcha ahora 1.194 expedientes, que representan 3.060 escuelas. Si calculamos el costo de cada escuela en 25.000 pesetas, resultará que tenemos ya peticiones por valor de 76 millones y medio de pesetas... Menos mal que las circunstancias y el plan de política general que va a desarrollar el Gobierno provisional de la República nos resolverá, en parte, el problema de los edificios.

— ¿Qué otros aspectos plantea la creación de escuelas?

— Si el problema de los edificios es importante, para nosotros tiene, naturalmente, mucha más importancia el problema de los maestros. Necesitamos maestros. Muchos maestros. Pero tenemos que formarlos bien. Seleccionarlos. Todos los esfuerzos que se hagan para llevar a la escuela primaria los mejores maestros nos han de parecer poco. Ya sabemos que hay en ello un problema económico. Hay que pagar mejor al Magisterio. Para la República constituye un compromiso de honor mejorar la situación económica del Magisterio. Y, sobre todo, acabar con esa categoría de maestros que no llega a cobrar el sueldo mínimo de 3.000 pesetas. Todavía quedan 1.800 maestros que cobran 2.500 pesetas anuales, y 5.033 maestros que sólo cobran 2.000. El que todos esos maestros asciendan a 3.000 pesetas, con efectos desde el primero de julio, supone al Estado, para el presente ejercicio, 2.466.500 pesetas, ya que en el presupuesto actual figuran 500.000 pesetas para elevar el salario de hambre a esos maestros. No tenemos dinero; pero habrá que sacarlo de donde esté para liquidar esta desdichada situación.

El problema del Magisterio, naturalmente — sigue diciendo el señor Llopis —, no es sólo un problema económico. Es, sobre todo, un problema de vocación y de formación profesional. Por eso no perdemos de vista las Escuelas Normales y la Inspección escolar. En cuanto a las Normales hay que transformarlas, elevándolas a centros de formación pedagógica. En la reforma que se proyecta, las Normales adquirirán la categoría que deben adquirir en estos tiempos las instituciones encargadas de hacer maestros. Y en cuanto a la Inspección escolar, quedará radicalmente transformada, para que realice la función que debe realizar y que hasta ahora, y no por culpa de los inspectores, apenas si ha podido esbozarla.

Como usted ve — sigue el director general —, el problema de la escuela lo proyectamos en su totalidad. Por eso ahora ya no basta con decir que vamos a crear muchas escuelas. Ahora hay que preguntarse por la calidad de esas escuelas. La República no puede conformarse con tener muchas escuelas. Quiere tener buenas escuelas. Las escuelas que necesita España en esta hora histórica para que sean el arma ideológica de la Revolución.

El señor Llopis sigue hablándonos de estas escuelas, y luego aborda el problema de la enseñanza en Madrid. Dadas las dimensiones a que esta información se tiene que reducir, dejamos estos interesantísimos extremos para los próximos números.

Do Crisol, de 23 de Maio de 1931.

CONSERVATÓRIO ACADEMIA DE BELAS ARTES

Prepara-se para exame de
francês singular 5.º ano

NESTA ADMINISTRAÇÃO SE INFORMA

Shi